

FORMAÇÃO ESCOLAR PARA O TRABALHO NO ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL – EAS

SCHOOL FORMATION TO WORK IN ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL – EAS (SOUTH ATLANTIC SHIPYARD)

Andréa Sales¹

Maria Grazia Cribari Cardoso²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a influência do conhecimento técnico na formação do trabalhador direcionado para o trabalho do Estaleiro Atlântico Sul – EAS, no território de Suape, particularmente, a partir da reconfiguração do território de SUAPE motivada pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Ao olhar as mudanças dos processos de trabalho, procuramos contribuir para o entendimento do trabalho na perspectiva de uma política pública de desenvolvimento territorial. Esse fato tende a modificar a relação entre trabalho e qualificação técnica, assim como o cotidiano das pessoas que vivem do trabalho assalariado numa área marcada pela configuração de políticas de assistência social.

Palavras-Chave: Trabalho. Educação. Qualificação Profissional. Política Pública.

Abstract: This paper has the objective of analyzing the influence of technical knowledge in the formation of skilled workers who are meant to work for the Estaleiro Atlântico Sul – EAS (Southern Atlantic Shipyard), in the territory of SUAPE, particularly by the reconfiguration of SUAP'S territory, fostered by the Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (Brazilian Federal Government Economy Growth Acceleration Program). Looking into job process changes, we hereby want to contribute for the understanding of work in a territorial development public policy. This fact has modified the relationship between work and technical qualification, as the day-to-day routine of people that live in wage-earning employment in an area marked by the configuration of social assistance policies.

Keywords: Work. Education. Professional Qualification. Public Policy.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetivou analisar a influência do ensino ofertado pelo IFPE/IPOJUCA, no período compreendido entre 2011 e 2013, na formação de habilidades e competências voltadas para o trabalho do Estaleiro Atlântico Sul (EAS). A partir da coleta de dados empíricos e referências históricas a intenção é contribuir com o debate no campo da sociologia do trabalho.

O EAS está inserido no território produtivo de SUAPE– objeto desta pesquisa - localizado entre os municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho. O mundo da técnica chega à SUAPE com tecnologias sofisticadas, especializadas e a promessa de

¹ Prof^{fa}. da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, Mestrado em Ciências Políticas pela UFPE. E-mail: andreasalespr@gmail.com. Trabalho apresentado na disciplina de Sociologia do Trabalho da UFPB.

² Possui graduação em Ciências Sociais (1987) , Mestrado em Antropologia (1994) e Doutorado em Antropologia (2006) pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco Departamento de Ciências Sociais - área de Antropologia.

trabalho com salário. Quem não quer ganhar em qualidade de trabalho e em termos de convivência? Em decorrência, não há como não saldar as mudanças no mundo do trabalho.

As mudanças nos processos de trabalho produtivo introduzem novos conceitos e exige da escola e do trabalhador “conhecimentos e atitudes diferentes do trabalho de tipo Taylorista e mais próxima do modelo japonês” (HIRATA, 1993, p, 132). Nesse sentido, a influência do modelo japonês de organização dos postos de trabalho e acomodação do indivíduo enfatiza a formação técnica e educação profissional. A palavra de ordem é a noção de competência “oriunda do discurso empresarial” (HIRATA, 1993, p.132).

O novo modelo de gestão do trabalho corresponderia ao chamado pós-fordismo e a sua forma de concepção de gestão do trabalho e da produção. Nesse novo ambiente a qualificação que exalta um modo de saber, salário e carreira profissional se desfaz porque a era pós-fordista modifica a chamada divisão social do trabalho e faz chamadas públicas com base na noção de competências.

Por outro lado, a inclusão do trabalhador no processo produtivo faz autores como SANTANA & RAMALHO (2010, p, 25) chamarem atenção para o fato de que o trabalhador quando é chamado para formação de competências tenderia a atender demandas do capital e a sua inserção assumiria características individualizantes responsáveis pelo enfraquecimento de ações coletivas como as práticas sindicais.

A exaltação do conhecimento e do capital cultural no novo paradigma produtivo -além de abrir o debate e criar a noção de empregabilidade atrelada ao conceito de qualificação e desqualificação- faz o indivíduo carregar a culpa pelo desemprego em virtude da sua falta de qualificação profissional com base na competência.

Pretendemos discutir as transformações no chamado mundo do trabalho e da reestruturação produtiva na sociedade brasileira. Recortamos alguns conceitos e interpretações que se fazem presentes na sociologia do trabalho, tomando como referência autores da literatura internacional e da brasileira. Tomamos o tema trabalho a partir dos paradigmas clássicos (fordismo e taylorismo) e seus impactos no debate mais contemporâneo sobre o fim da rigidez do fordismo sobre o capital e as relações de trabalho. Em seu lugar a valorização da qualificação profissional dos trabalhadores e flexibilização dos contratos de trabalho.

2. O TEMA E A JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A discussão que se faz em Pernambuco e no Brasil nos últimos 10 anos pensa o porto de SUAPE, no contexto da Zona da Mata de Pernambuco, associado às mudanças nos processos de trabalho. Nesse debate a própria Zona da mata é identificada pelo

porto de SUAPE cujas políticas públicas objetivam articular formação escolar e mundo do trabalho.

Historicamente na Zona da Mata há pouca exigência de conhecimento técnico com habilidades e competências específicas. Por isso mesmo expor uma ideia e mostrar-se preparado pelo conhecimento técnico promovido pela escola tornou-se uma ferramenta para retirar diversas pessoas da baixa qualidade de vida e das práticas pouco construtivas da boa convivência.

O presente artigo, portanto, se justifica à medida que procura se inserir nesse debate que combina trabalho com técnica e se expressa na criação de instituições como Instituto Federal de Pernambuco – IFPE, por meio do qual se prepara o indivíduo para atividades práticas.

Em decorrência, passamos a interpretar SUAPE, no contexto da Zona da Mata de Pernambuco, pelas mudanças provocadas pela escola, pela técnica e pelo trabalho formal porque a exaltação do conhecimento técnico é uma característica do capitalismo na contemporaneidade. Nesse sentido, o conhecimento em regiões marcadas por políticas assistencialistas e eleitoreiras se tornou uma mercadoria de valor. Um requisito para a inclusão no mercado de trabalho de SUAPE.

Com esse enfoque nossa preocupação foi relacionar as mudanças mais globais na chamada sociedade salarial com uma política pública chamada Programa de aceleração do Crescimento – PAC caracterizada em suas particularidades no porto de SUAPE e no Estaleiro Atlântico Sul – EAS sobre a forma de inclusão por meio do trabalho.

No caso específico do território de SUAPE, no contexto da região Nordeste do Brasil, as mudanças que se fazem na estrutura produtiva se explica com a agenda neodesenvolvimentista³, cuja principal consequência é articular o conhecimento produzido na escola com o perfil do trabalhador que pretende ingressar no EAS.

Essa pesquisa, portanto, buscou o debate sobre os desdobramentos teóricos e empíricos dessas questões. Pois, no Estaleiro Atlântico Sul – EAS escondem-se indivíduos, metamorfoses nos processos de sociabilidade capitalista e no campo da formação escolar para o mundo do trabalho. Para tanto teve por base uma análise quantitativa e qualitativa que se desenvolveu a partir da classificação da mão de obra formada pelo IFPE para o trabalho desenvolvido no EAS, no contexto da educação profissional e do sistema de produção.

³ Segundo Sampaio Júnior (2012), para definir o conceito de neodesenvolvimentismo é importante saber sobre o desenvolvimentismo e suas consequências práticas. Basicamente, o modelo se caracteriza como um processo cuja presença do Estado é fundamental. Nesse sentido, há uma retomada de suas funções econômicas e sociais por meio da criação de empregos, redistribuição de renda e dinamização da economia com financiamento público, no caso do Brasil, BNDES.

3. REVISÃO PRELIMINAR DA LITERATURA

3.1. PERSPECTIVAS TEÓRICAS BRASILEIRAS SOBRE O TEMA

No campo da sociologia do trabalho nos deparamos com linhas teóricas distintas, mas que ajudam no entendimento dos processos de trabalho. Existem duas linhas teóricas que ajudam a pensar a sociedade do trabalho: a americana que sustenta o empirismo; e a linha teórica francesa que mostra a preocupação dos pesquisadores com questões teóricas (LEITE, 2009, p, 68).

Na América latina a sociologia do trabalho surge com a agenda do desenvolvimento para as sociedades latino-americanas. Ela vai se preocupar com a teoria da modernização (agrária/urbana) industrial. Nesse sentido, os procedimentos metodológicos ora se desenham pelo estudo de casos empíricos com análises quantitativas e qualitativas, ora são construções teóricas.

A sociologia do trabalho, portanto, surge com o objetivo de reafirmar o modelo de desenvolvimento dos países avançados, sobretudo em relação ao comportamento do proletariado.

Esta pesquisa está direcionada à discussão do mercado de trabalho buscando questionamentos direcionados à sociologia do trabalho. Os estudos voltados ao mercado de trabalho, à classe que vive do trabalho e às relações de trabalho têm apontado a necessidade de uma reconstrução teórica, no sentido de que o capitalismo não supera uma trajetória de precariedade. (LEITE, 2009, p, 69); (SOUZA, 2012, p, 25); (BOLTANSKI, 2009, p, 247).

Nesse sentido, no chamado mundo do trabalho o conflito que marca as relações de trabalho na modernidade (MARX, 1982, p,514), na chamada pós-modernidade ou era pós-fordista o conflito implica a crença no trabalhador ou no batalhador de forma individualizada, conforme observações de SOUZA(2012, p, 45).

De fato, o trabalho ou a sociedade do trabalho mudou (LEITE, 2009, p, 68). Pois, o chamado fordismo, como forma de articulação da produção e do consumo em massa por meio do salário(CASTEL,1998, p, 431)deu sinais de crise e colocou na agenda pública o modelo pós-fordista e o apelo ao consumo.

Por outro lado, há pesquisas que ajudam na construção de questionamentos teóricos (SADER & PAOLI, 1986, p, 39-65). Pois, o entendimento é no sentido de interpretar o mundo do trabalho a partir do Estado. Ou melhor, o Estado foi entendido como espaço de constituição das classes sociais.

No pensamento de CARDOSO(2010, p, 18) o Estado é coercitivo com a classe dos trabalhadores. Razão pela qual ele faz uma correlação entre mundo do

trabalho e justiça social. Nesse sentido, entende a sociabilidade do mundo do trabalho no Brasil pelas desigualdades entre ricos e pobres. Para tanto interpreta as marcas da herança escravista e afirma que no Brasil teria se produzido a utopia de que a cidade é o lugar das possibilidades da própria classe trabalhadora.

Para CACCIAMALI (1982, p,16-48), o trabalho urbano não é uma utopia. Pelo contrário, é no espaço urbano onde nascem à produção capitalista e a divisão do trabalho que lhe caracteriza. Nesse sentido, a autora chama atenção para o fato de que o espaço urbano congrega trabalhadores formais e por conta própria, como parte integrada e subordinada aos movimentos de firmas capitalistas.

3.2. O DEBATE TEÓRICO MAIS RECENTE

No debate teórico mais recente a relação entre empiria e teoria é de diálogo constante. Para o referido autor é preciso romper com a tradição do pensamento sociológico brasileiro e oferecer alternativas interpretativas. Pois, estaríamos diante de uma “nova classe trabalhadora convivendo com o antigo proletariado fordista” (SOUZA;2012, p,47)

O fato é que se deu início ao debate teórico sobre a capacidade da categoria trabalho validar o entendimento sociológico. O trabalho teria perdido o estatuto de fato social (OFFE, 1994, p, 49). Ao mesmo tempo, essa hipótese juntamente outros conceitos e ferramentas metodológicas teriam sido estudadas pela escola de regulação francesa e pelos teóricos do conceito de pós-fordismo(HARVEY,1993, p, 117-134).

As ideias sobre formação de habilidades e competências para o mundo do trabalho, portanto, envolve interesses do capital. Este se reproduziu em bases fordistas e esgotou esse sistema de produção. Isso teria provocado uma crise⁴, mas não o seu fim. Foi preciso reinventar uma fórmula chamada flexibilidade do capital, dos mercados, da força de trabalho e do Estado.

Nesse quadro de análise verificamos a introdução de novos conceitos para entender porque o modelo japonês vira referência no debate mais contemporâneo no campo da sociologia do trabalho e na sociologia das qualificações. Por isso o assunto da qualificação exigida para os novos processos de trabalho no contexto da reestruturação produtiva aparece confrontando conceitos e metodologias de pesquisa.(HIRATA, 1993, p, 130)

O conjunto de perspectivas teóricas voltadas para a discussão da reestruturação do trabalho e a classificação das pessoas que vivem do trabalho apontam a necessidade de

⁴ A tese afirmativa da pertinência do trabalho como fator determinante das relações sociais foi discutida por Ricardo Antunes em seu livro "Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do trabalho" publicado pela Editora Cortez, 1995.

uma reconstrução teórica (LEITE, 2009, p.68); (SOUZA, 2012, p, 45); (BOLTANSKI, 2009, p,35-65) porque o sistema de organização social fordista como forma de articulação da produção e do consumo em massa por meio do salário (CASTEL, 1998, p,431) deu sinais de crise e, nesse sentido, redirecionou a política pública de educação para o trabalho em base pós-fordista.

Historicamente as relações de trabalho são compreendidas a partir de dois paradigmas: Taylorismo e Fordismo. Nesse sentido, o Taylorismo assume papel importante no modo de como controlar a maneira da força de trabalho comprada e vendida executar tarefas. É a partir desse entendimento que o trabalho em si é organizado e os departamentos nas grandes empresas capitalistas seguem esses princípios no chamado mundo da produção. (BRAVERMAN, 1981, p,86).

Segundo o referido autor, à medida que o trabalho se torna um fenômeno social o objetivo é separar o processo de concepção e execução em virtude dos interesses do capital. Cabe ao administrador o trabalho intelectual de concentrar o conhecimento que aparece disperso em cada trabalhador individualmente e traduzir em regras, conceitos, leis e fórmulas que se materializem no trabalho manual.

O fordismo (cuja data simbólica é 1914) se distingue do Taylorismo. Nesse sentido, a separação do trabalho manual do trabalho intelectual – circunscrito ao comando da gerência – se articula com o padrão de produção e consumo em massa. Segundo HARVEY(1993, p,118), Ford defendia uma “nova forma de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia” (HARVEY, 1993, p, 121).

Sendo assim, não se trata apenas de uma forma de gerência do trabalho mas do modelo de sociedade. Esta inaugura um novo tipo que se qualifica de sociedade democrática, moderna e populista. As novas estratégias de controle do trabalho transcendem o espaço da grande empresa capitalista porque ela representa não apenas um novo tipo de trabalhador, mas um novo tipo de homem e de sociedade.

Por outro lado, muitos estudos recentes apontam que para compor o novo quadro da produção industrial é preciso formação de mão de obra com capital cultural e escolar. Nesse sentido, a questão surpreende porque em um mundo onde, segundo ANTUNES(1995, p, 39-54), o desemprego cresce, a realidade do Estaleiro Atlântico Sul – EAS mostra a capacidade da escola e do conhecimento técnico preparar para o trabalho industrial.

No plano do debate teórico contemporâneo, portanto, a relação que se faz entre trabalho e qualificação ocupa lugar de destaque. Para SANTANA & RAMALHO (2010, p, 20) à questão da qualificação, de fato, envolve os trabalhadores no processo

produtivo. Nesse sentido, para garantir a reprodução do capital se faz necessário “uma nova forma de conceber a utilização da mão de obra”. Para tanto que se faça a introdução de novos conceitos e novas técnicas de controle sobre o trabalho.

A chamada era pós-fordista reinventa a instituição trabalho no sentido de que trata-se de um sistema de produção onde não há a intenção de esgotar a capacidade técnica do trabalhador (GORZ, 2012, P. 37-64). Pelo contrário, em lugar do domínio científico sobre o trabalhador o interesse do processo produtivo é mobilizar a sua personalidade. O tradicional lugar do trabalho – a fábrica – expressa claramente a marca de sua origem japonesa pelo modo feudal de representar a empresa como uma comunidade de trabalho. Nesse sentido, não pode haver conflitos de interesses tampouco fóruns de negociação coletiva.

O pós-fordismo, portanto, se apoia na flexibilidade ampliada: processos de trabalho, mercados de trabalho, produtos e padrões de consumo. (HARVEY, 1993, p.167), assim como atende novas tecnologias e descentraliza as estruturas de poder organizacional entre setores e regiões.

Ou seja, os indivíduos passam a entender e, conseqüentemente, a terem mais poder sobre suas atividades. Foram os japoneses que introduziram esse modo de pensar o processo de produção – *leanproduction* (produção enxuta). Nesse sentido, as pessoas que trabalham são efetivamente aquelas que pensam a partir de processos de qualificação com base em competências, isto é, conhecimento, habilidades e atitudes. Esse argumento passaria a representar o “sistema Toyota”. (GORZ, 2012, p, 39)

Partimos do pressuposto de que o capitalismo se reproduz em novas bases técnico-científica. Nesse sentido, os novos rumos do referido sistema modifica o padrão de ocupação e as formas de integração social.

A partir da construção teórica defendida por FRIGOTO (2012, p,44) adotamos a discussão sobre o papel da educação e da formação técnico-profissional no contexto da reestruturação produtiva e da própria crise do trabalho assalariado. Sendo assim, buscou-se refletir sobre a realidade de SUAPE para compreender como a formação técnica modificou a vida das pessoas que vivem do trabalho assalariado. Seja para sua inclusão seja para sua exclusão do processo produtivo.

Entender o tema da qualificação⁵ para o trabalho, nos termos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Ministério da Educação (ME), é reconhecer que os rumos das mudanças na formação profissional devem se articular com as mudanças

⁵ Para efeito dessa pesquisa a qualificação refere-se a requisitos técnicos para o exercício de atividades práticas, expressa uma dimensão técnica de produção, assim como é interpretada no campo da política pública. É importante dizer que esse tema entra na agenda pública pela primeira metade do século XX por força das pressões do movimento sindical urbano na luta por oportunidades de qualificação voltadas para o sistema produtivo. (Veras de Oliveira, 2013. In: Dicionário Temático: desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas. Coord. Ivo, J. B. L.. São Paulo: Anablume. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

no processo produtivo. Isto é, o novo modelo de desenvolvimento do capitalismo assentado na reestruturação produtiva entende a qualificação profissional com base na noção de competência. “Inicia-se a noção de competência como meta e parâmetro para o desenvolvimento das políticas de formação profissional”(YANNOULAS & SOARES, 2009, p,10). Sendo assim, não se pode descolar as mudanças implantadas em SUAPE do debate mais contemporâneo, no campo da sociologia do trabalho.

Portanto, para entender o tema da qualificação da força de trabalho qualificado juntamente a formação de um trabalhador polivalente, colaborador, interessado em “desenvolver habilidades básicas e de gestão do trabalho” (YANNOULAS & SOARES, 2009, p,11) aparecem como interesse do capital.

Então, que projeto de qualificação técnica o Governo Federal em parceria com organismos internacionais, como UNICEF e OIT, pensou para SUAPE; e que tipo de emprego e desemprego essa formulação define em termos de inclusão e exclusão social, num momento em que um quantitativo significativo de trabalhadores tornaram-se desempregados e sem filiação social. Por essa razão procuramos interpretar os questionamentos sobre as interpretações que buscam ajustar “a educação e a formação profissional à reestruturação produtiva concebida como consequência dessa nova base técnica e dos processos de globalização” (FRIGOTO, 2012, p, 35).

O fato é que trabalho e educação se fortalecem no mercado de trabalho e apostam nas habilidades⁶ do trabalhador. Jovens ou adultos, tanto faz. A inclusão no mercado de trabalho de SUAPE depende do nível de qualificação. A questão é saber o modo pelo qual o trabalho serve de ferramenta para retirar diversas pessoas da crise e qualificá-las com habilidades e competências que o IFPE promete viabilizar.

É importante lembrar que o trabalho pensado em articulação com o conhecimento técnico é um fenômeno relativamente novo no Brasil e na região Nordeste, particularmente no território de SUAPE – objeto da presente pesquisa.

VERAS DE OLIVEIRA (2016, p,50) adverte que para o estudo das transformações de SUAPE é interessante fazer conexões históricas entre as dinâmicas sociais do trabalho e as políticas de desenvolvimento regional promovidas pela SUDENE.

Nesse contexto, o referido autor observa que na história da região Nordeste identificam-se tanto o trabalho escravo como também processos de modernização das relações de trabalho. “A SUDENE contribui para a constituição de um segmento destacado e reduzido de trabalhadores relativamente qualificados e bem remunerados”. (VERAS DE OLIVEIRA, 2016, p, 53).

⁶ As mudanças provocadas pelas novas bases técnico-científica exige "o desenvolvimento de habilidades tais como: capacidade de análise, síntese, rapidez de resposta, criatividade diante de situações inesperadas, interpretação e uso de diferentes linguagens, etc.." (TASSINIGNY, 2004, p, 2)

Por outro lado, não menos importante é reconhecer que na região Nordeste o processo capitalista tem suas especificidades. Por isso mesmo ao lado de oportunidades de trabalho assalariado, sobrevivem pessoas que trabalham por meio de informais, autônomos e sem filiação social, isto é, a proteção e a socialização que o trabalho estável oferece (CASTEL, 1998, p, 431). A própria migração para outras regiões em desenvolvimento se coloca como alternativa política em busca de trabalho.

O fato é que a SUDENE contribuiu com o desenvolvimento dos processos de trabalho no Nordeste porque existia um Estado que promovia esse modelo de desenvolvimento regional. A partir dos anos de 1990 esse modelo de Estado planejador deu sinais de crise. Nesse sentido, além das reformas de seus aparelhos observa-se uma “guerra fiscal” e o surgimento de novas formas de trabalho precário.

A reestruturação do capitalismo e de suas bases técnico-científica “responsáveis pela incorporação de inovações tecnológicas e gerenciais, produziram uma generalizada crise do emprego em todo país, com crescente elevação do desemprego aberto e das ocupações não-assalariadas” (POCHMANN, 2008, p, 59).

Essas transformações representam uma tendência no mundo. Nesse sentido, o mercado de trabalho no Brasil, no contexto mais amplo da sociedade salarial, apresenta algumas consequências práticas: desassalariamento da mão de obra empregada, ampliação do desemprego, pequenos negócios de baixa produtividade e a criação de um mercado de trabalho dual: de um lado, a elite operária treinada, qualificada e bem remunerada e, do outro lado, uma quantidade significativa de trabalhadores precários, desqualificados e sem proteção e redes de solidariedades forjadas na esfera do trabalho (CASTEL, 1998, p, 435)

No contexto de ampliação do desemprego, crise do setor público estatal e das políticas públicas regionais os novos governos, em particular o governo da era Lula, retoma grandes projetos com base no discurso do novo desenvolvimentismo. Em termos práticos, significa “repercussões positivas sobre o trabalho” (VERAS DE OLIVEIRA, 2016, p, 59) simbolizado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o primeiro lançado no ano de 2007 e o segundo no ano de 2010.

Dentre os objetivos do PAC podemos destacar o estímulo aos investimentos públicos e privados, geração de emprego e renda e ampliação da capacidade produtiva dos portos. Assim, o Brasil amplia o número de empregos formais e a renda média mensal daqueles que vivem do trabalho assalariado.

O PAC representa a retomada do desenvolvimento da região Nordeste. No caso específico de SUAPE, redesenha o complexo de empresas – dentre as quais destacamos o Estaleiro Atlântico Sul (EAS) – ganha força política nas agendas dos

governos subnacionais e uma “posição de destaque na mídia local e no imaginário dos pernambucanos” (VERAS DE OLIVEIRA, 2016, p,63).

Tanto em si mesma como também quando posta no quadro do trabalho qualificado, no contexto do Brasil e da região Nordeste, SUAPE é alvo de críticas. O desafio era qualificar trabalhadores e reduzir a quantidade de trabalhadores com baixo nível de escolaridade. É justamente a partir do reconhecimento público da falta de mão de obra qualificada que o Estado brasileiro inicia um processo de chamadas públicas, para qualificar mão de obra especializada na região da Zona da Mata de Pernambuco.

Nesse sentido, dentre outras ações, implanta instituições como IFPE e a perspectiva de relacionar educação e mundo do trabalho, no contexto de uma política de fortalecimento do complexo produtivo de SUAPE assentado no trabalho qualificado, multidisciplinar e sustentável.

No entanto, fato que nunca foi explicitado pelos governantes é o contexto do porto de SUAPE e do Estaleiro Atlântico Sul-EAS. Trata-se, basicamente, de uma região chamada Zona da Mata cuja principal característica é o cultivo da cana-de-açúcar, desemprego estrutural, falta de qualificação técnica, configurações de relações arcaicas e políticas assistencialistas.

Por essas razões é difícil pensar a Zona da Mata “tecnizada” (TASSIGINY, 2004, p, 7-10) e transformando “o cotidiano, as emoções, os sentimentos, os sonhos e as esperanças das pessoas comuns” (SOUZA, 2012, p.). Por isso se observa algumas contradições no fato de o governo repensar a Zona da Mata, no contexto da reestruturação produtiva, a partir da indústria de transformação e de uma mão de obra com conhecimentos técnicos e culturais inexistentes.(SALES, ANDRÉA, 1999, p, 44).

Para Veras de Oliveira (2013, p, 38), é importante lembrar que o complexo de SUAPE tem sua origem econômica, social e política nos anos de 1960. A partir do período de 2007 SUAPE ganha novos contornos da intervenção governamental. Nesse sentido, o Governo Federal cria o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na qualidade de política pública governamental, cujo objetivo é ampliar a capacidade produtiva de SUAPE por meio da indústria de transformação. É assim que Suape se transforma “num gigantesco canteiro de obras” (VERAS DE OLIVEIRA, 2013, p, 3)

Segundo o referido autor, a previsão não era de desemprego. Pelo contrário, os investimentos públicos despertaram estimativas oficiais na ordem de 25 mil empregos diretos. O Estaleiro Atlântico Sul (EAS) e sua proposta de geração de emprego, renda, inclusão e demandas sociais contribui tanto para as críticas positivas em torno do projeto político do Governo Federal, como também para a crítica negativa em torno

das consequências sociais e ambientais do projeto de ampliação do porto. (VERAS DE OLIVEIRA, 2013, p.35).

Portanto, o Estaleiro Atlântico Sul (EAS) surge no ambiente dessas mudanças e promete incorporar o trabalho qualificado e uma nova forma de filiação dos trabalhadores que teria vínculos institucionais com a formação profissional.

Ao buscar analisar o trabalho na sociedade contemporânea pela articulação entre formação escolar e trabalho encontramos autores com diversas perspectivas e concepções. Pensadores clássicos da sociologia interpretaram a importância da função integradora do trabalho (DURKHEIM, 2010, p, 87-109), o trabalho como vocação (WEBER, 1987, p, 25-45) e como uma relação de exploração e de alienação (MARX, 1982, p, 400-422).

No debate contemporâneo o chamado mundo do trabalho permanece apontando mudanças na sociedade. Nesse sentido, a investigação sociológica é um espaço que essa pesquisa se propôs a contribuir à medida que se utilizou de suas ferramentas de investigação para esclarecer as transformações do trabalho e suas consequências sociais.

4-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo visou encontrar as primeiras respostas para a questão de como o conhecimento técnico ofertado pelo IFPE direciona o trabalhador para o padrão de emprego qualificado do EAS e às dinâmicas da exclusão do mercado de trabalho daqueles que não são absorvidos pela indústria petrolífera.

Nesse sentido, procuramos explicar mudanças significativas no território produtivo de SUAPE a partir das pesquisas desenvolvidas por diversos autores. Ao mesmo tempo, despertamos o interesse para as necessidades do governo e da sociedade na organização da educação voltada para o mundo do trabalho. Pois, o trabalho produtivo em SUAPE – no contexto da Zona da Mata - passou a ser pensado em articulação com o conhecimento técnico. Fenômeno relativamente novo para o Brasil desde a era das políticas regionais desenvolvidas pela SUDENE.

A crise do emprego é um fato mundial. No entanto, a reinvenção das políticas de emprego e renda do Governo Lula simbolizada pela Programa de Aceleração do Crescimento – PAC soube articular a perspectiva do governo de reorganizar a base produtiva no Brasil à perspectiva da sociedade de reinventar o seu cotidiano pelo trabalho qualificado. Com isso conseguiu colocar o território de SUAPE na agenda da renovação criando novas habilidades e competências que coloca as pessoas que vivem do trabalho assalariado ganhando em qualidade de vida e convivência e, sobretudo, saudando o mundo do trabalho.

A defesa do trabalho e da qualificação é algo curioso. Demanda pesquisa e coloca a própria Zona da Mata, no contexto da região Nordeste do Brasil, à espera da ampliação dessas mudanças nos processos de trabalho no território de SUAPE, tendo em vista o fato de que trata-se de um espaço construído pela luta histórica de projetar um futuro melhor para aqueles que vivem do trabalho assalariado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, N. A associação das técnicas. In: **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método de pesquisa social. (org.) Edson de Oliveira Nunes. Rio de Janeiro; Zahar Editores, 1978. Biblioteca das Ciências Sociais.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ARROYO, Miguel. Trabalho – Educação e Teoria Pedagógica. In: **Educação e Crise do Trabalho**. Gaudêncio Frigoto(org.). Rio de Janeiro: Vozes, 2012. (Coleção Estudos Culturais em Educação).

Brasil. República Federativa do Brasil. **Portal – PAC Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/medidas-institucionais-e-economicas>> Acesso em: 10 de agosto de 2010.

BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Ève. **O Novo espírito do capitalismo** (pp. 31-81 e pp. 286-333). São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRAVERMAN, Harry. Gerência Científica (Cap. 4-pp. 82-111). In: **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário (capítulos VII e VIII), Petrópolis: Vozes, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução: Eduardo Brandão. 4ª. Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2010. (Biblioteca do pensamento moderno)

FRIGOTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: **Educação e Crise do Trabalho**. Gaudêncio Frigoto(org.). Rio de Janeiro: Vozes, 2012. (Coleção Estudos Culturais em Educação).

_____, **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GORZ, André. **Misérias do presente, riquezas do possível**. Tradução de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2004.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna** (capítulos 8 e 9). São Paulo: Loyola, 1993.

HIRATA, H. Da polarização das qualificações ao modelo de competências japonês. In: **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação**: um debate multidisciplinar. (orgs) Ferrati, C; Zibas, D.; Madeira, F.; Franco, M.. São Paulo: Vozes, 1997.

LEITE, Marcia de Paula (org.); ARAÚJO, Maria Carneiro. **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade)

MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. In: **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Difel, 1982. Livro I, Volume 2 (O processo de produção do capital), cap. XXIV.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

POCHMANN, Márcio. **Força de trabalho e tecnologia no Brasil**: uma visão de história com foco atual na produção da cana-de-açúcar. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

Plano Nacional de Educação Profissional. **Termos de referência para os planos de trabalho**. Área de qualificação – 1996-1999. Brasília: MTB/Sefor, 1995a[Mimeo].

SALES, A. **Programa Chapéu de Palha e “Descentralização**: a imagem social do “Governo Popular” entre 1988/1989”. 15/12/1999. 135 folhas. UFPE. Recife, 1999.

SANTANA & RAMALHO, **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO. PAC/COMPLEXO SUAPE: Relatório março de 2010. Disponível em <<http://www.suape.pe.gov.br/pdf/relatorioobrasuapemarço2010>> (Acesso em 22 de setembro de 2016)

TASSIGNY, Mônica Mota. **Educação e qualificação profissional no contexto da globalização**. Revista Iberoamericana de Educacion (ISSN: 1681-5653), 2005.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. **Suape em construção, Peões em Luta**: o novo desenvolvimento e os conflitos de trabalho. RBCS, 2013.

_____, **Trabalho no Nordeste em perspectiva histórica**. São Paulo: Estudos Avançados 30(87), 2016.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1987.

